

113/2024 – Poc/Vbs/It/Ac

Cliente: São Roque Energética S.A.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023.

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas Explicativas

1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores
São Roque Energética S.A
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Roque Energética S.A., que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Roque Energética S.A., em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reapresentação das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A administração da Companhia procedeu a reapresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 relacionados ao “subcrédito B” do financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

O aditivo celebrado em 1º de dezembro de 2022, foi revisado, e celebrado o segundo aditivo ao contrato de financiamento Celebrado em 4º de abril de 2024, que teve por objeto, dentre outros, a confissão pela Companhia da dívida decorrente do contrato e a repactuação de

certos termos e condições de pagamento, dentre eles, o aditivo menciona que para as rubricas que compunham o “subcrédito B”, como o valor em questão era controvertido, o BRDE expressamente abdicou desse direito desde 1º de dezembro de 2022, considerando que este inexistia desde esta data.

Portanto, a Companhia, está rerepresentando suas demonstrações financeiras, para refletir os ajustes dos lançamentos contábeis referentes a esta dívida. A citada rerepresentação está sendo efetuada como previsto pelo NBC TG 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos financiamentos e as divulgações apresentadas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Financiamentos

Para fins de construção da Usina Hidrelétrica São Roque, a Companhia captou recursos junto aos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e BTG Pactual. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e impactos no resultado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros, multas e penalidades baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos financiamentos e as divulgações apresentadas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações financeiras da São Roque Energética S.A. referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 27 de junho de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das companhias ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de abril de 2024.



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por DAVI E CORREA
AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE
S:02971670000180
Localização: Porto Alegre/RS
Data: 2024.04.10 14:23:52-03'00'

Davi & Corrêa Auditores independentes
S/S CRC-RS 3.797
Pedro Osório Corrêa Contador
CRC-RS 42.462/O-8

São Roque Energética S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.943	2.126
Impostos a recuperar	7	2.572	1.496
Adiantamento a fornecedores		1.452	541
Despesas antecipadas	8	525	1.008
		7.492	5.171
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	7	148.660	148.660
Despesas antecipadas e outros		21	-
Imobilizado	9	1.170.698	1.193.637
Intangível	10	31.814	33.105
		1.351.194	1.375.402
Total do ativo		1.358.686	1.380.573

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	11	11.586	17.885
Financiamentos	12	274.177	59.138
Obrigações tributárias	15	16.115	6.478
Concessão a pagar	13	2.127	78
Encargos setoriais		1.086	550
Obrigações sociais e trabalhistas		228	199
Parcelamentos de tributos		91	-
		305.411	84.328
Não Circulante			
Antecipação de energia	11	10.754	62.390
Financiamentos	12	1.133.343	1.195.260
Provisão da unitização	16	363	19.324
Concessão a pagar	13	29.802	31.321
Provisão para contingências	14	5.755	5.755
		1.180.017	1.314.050
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	331.792	265.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.271	41.500
Prejuízos acumulados		(460.805)	(324.305)
		(126.742)	(17.805)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.358.686	1.380.573

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica	18	116.581	40.840
Impostos incidentes sobre receitas		(10.784)	(3.778)
Encargos do consumidor		(6.803)	(2.445)
Receita operacional líquida		98.994	34.617
Custos operacionais	19	(41.050)	(22.331)
Lucro Bruto		57.944	12.286
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(10.704)	(3.182)
Amortização/depreciação		(24.324)	(10.237)
Outras receitas e outras despesas	21	60	29.335
Lucro operacional antes do resultado financeiro		22.976	28.202
Receitas financeiras	22	10.993	60.110
Despesas financeiras	22	(170.469)	(294.629)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(136.500)	(206.317)
Contribuição social diferida	23	-	39.352
Imposto de renda diferido	23	-	109.309
Prejuízo líquido do exercício		(136.500)	(57.656)
Quantidade de ações integralizadas		331.791.627	265.000.000
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0002)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(136.500)	(57.656)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(136.500)</u>	<u>(57.656)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais)

Mutações/Contas	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.000	(266.649)	-	(21.649)
Integralização de capital	20.000	-	-	20.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(57.656)	-	(57.656)
Adiantamento para futuro aumento de capital			41.500	41.500
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	265.000	(324.305)	41.500	(17.805)
Integralização de capital	66.792	-	(41.500)	25.292
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.271	2.271
Prejuízo líquido do exercício	-	(136.500)	-	(136.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	331.792	(460.805)	2.271	(126.742)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2023
(Valores em milhares de Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(136.500)	(57.656)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas		
Depreciação e amortização	24.324	10.235
Juros incorridos e tarifa sobre financiamentos	168.122	356.326
Variação monetária do uso do bem público	530	1.353
Provisão para contingências	-	(28.807)
Aumento (redução) dos ativos		
Impostos a recuperar	(1.076)	(267)
Impostos diferidos	-	(148.660)
Adiantamento a fornecedores	(911)	(541)
Despesas antecipadas	462	2.415
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(6.299)	34.524
Antecipação de energia	(51.636)	(14.489)
Partes relacionadas	-	19.324
Provisão da unitização	(18.961)	551
Encargos setoriais	536	55
Obrigações sociais e trabalhistas	29	5.259
Obrigações tributárias	9.637	-
Parcelamentos de tributos	91	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(11.652)	179.622
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	(94)	(263.472)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(94)	(263.472)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(15.000)	-
Despesas financeiras e juros pagos	-	(5.024)
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.271	41.500
Aumento de capital	25.292	20.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	12.563	56.476
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	817	(27.374)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.126	29.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.943	2.126
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	817	(27.374)

1 Contexto operacional

a. Objeto social

A São Roque Energética S.A. ("Companhia"), sociedade anônima, com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi constituída como uma subsidiária integral da Desenvix Energias Renováveis S.A., em 26 de janeiro de 2012, com sede em Barueri. A Companhia tem como objeto social construir e explorar comercialmente a Usina Hidrelétrica São Roque, localizada no rio Canoas, nos municípios de Vargem e São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina.

b. Concessão do direito de exploração da Usina Hidrelétrica São Roque

A Companhia é detentora da concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Roque, arrematada pela Desenvix Energias Renováveis S.A., durante o Leilão 7/2011, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, em 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento que estava previsto para janeiro de 2016.

Em 20 de agosto de 2012, a União (Poder Concedente), por meio do contrato de concessão nº 01/2012- MME-UHE São Roque, de uso do bem público para geração de energia elétrica sob o regime de produção independente de energia elétrica, concedeu à São Roque Energética S.A.(Concessionária), por um período de 35 anos, o direito de construir e explorar o potencial de energia elétrica da Usina Hidrelétrica São Roque, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à usina hidrelétrica.

A Usina tem uma potência instalada de 141,9 MW (megawatt) e a concessão possui o prazo de 35 anos, contado a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Inicialmente a garantia física de energia da Usina, de acordo com a portaria SPE/MME nº 37 de 17 de novembro de 2011 era de 90,9 MW médios, após a completa motorização, sendo que neste total estão incluídos 13,5 MW médios relativos ao benefício indireto e considerados na última unidade. Em 08 de julho de 2016, conforme a portaria MME nº 108, foram definidos novos montantes de garantia física passando esta a ser de 91,3WMM médios. Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada a portaria MME nº 2697, retificando a garantia física para 98,7 MW médios e tendo efeito retroativo à data de 21 de julho de 2022, data de operação comercial da primeira Unidade Geradora.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia protocolou o pedido de anuência à ANEEL para a transferência de seu controle societário para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix - FIP Desenvix. Em 14 de janeiro de 2013, através da Resolução Autorizativa nº 3.845/2013, tal anuência foi concedida.

Em 15 de julho de 2015, foi transferido integralmente o controle societário do Fundo de Investimento em Participação Desenvix – FIP Desenvix para a Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (antigo Caixa Fundo de

Investimento em Participação CEVIX), com anuência da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5140/2015.

A construção da UHE São Roque foi iniciada em novembro de 2013 e foi executada através de contrato *EPC – Engineering, Procurement and Construction*.

Em 18 de outubro de 2019 a São Roque Energética participou do Leilão nº 4/2019 da ANEEL (A- 6 de 2019), no qual comercializou 60 (sessenta) MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 157,08/MWh, base outubro de 2019, com entrega prevista a partir de janeiro de 2025 e com prazo de suprimento de 30 (trinta) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

Em 24 de novembro de 2020 realizou leilão no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no qual vendeu 32 MWh para entrega em 2022 e 33 MWh para entrega em 2023, com tarifas médias de R\$ 182,57/MWh e R\$ 156,06/MWh, respectivamente, ambos os preços referidos de novembro/2020.

Em 30 de setembro de 2021 participou do Leilão de Energia Nova nº 8/2021 (A-5/2021) da ANEEL no qual comercializou 27,8 MWh médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 174,27/MWh, base setembro de 2021, com entrega prevista a partir de janeiro de 2026 e com prazo de suprimento de 25 (vinte e cinco) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

A primeira unidade geradora da UHE São Roque entrou em operação comercial em julho/2022. A seguir estão apresentados os despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que liberaram a operação comercial das três unidades geradoras:

- Unidade geradora 01: Despacho nº 1.939, de 20 de julho de 2022, liberou a operação comercial a partir de 21 de julho de 2022;
- Unidade geradora 02: Despacho nº 2.646, de 16 de setembro de 2022, liberou a operação comercial a partir de 19 de setembro de 2022;
- Unidade geradora 03: Despacho nº 2.063, de 29 de julho de 2022, liberou a operação comercial da UG a partir de 01 de agosto de 2022.

Em setembro de 2022 a São Roque recebeu o Certificado I-REC do Instituto Totum para comercialização de créditos de carbono.

Em 02 de dezembro de 2022 a São Roque participou do Leilão de Energia Nova nº 7/2022 (A-2/2022) da ANEEL no qual comercializou 30 MWh médios no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 131,00/MWh, base dezembro de 2022, com entrega a partir de janeiro de 2024 e com prazo de suprimento de 2 (dois) anos.

Em 26 dezembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao Contrato de Financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo descontado o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela Aneel.

e. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 – (R1), ICPC 17 e o OCPC 05 – referente a Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2023, não há indicação de valorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

O teste de provisão de ativos foi efetuado com base no valor em uso e as unidades geradoras de caixa para fins de determinação nos fluxos de caixa líquidos de lucros operacionais gerados pelo ativo “Usina Hidrelétrica São Roque” (Imobilizado), e do uso de Bem Público (UBP) registrado como intangível.

g. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Concessões a pagar - Taxas regulamentares “Uso do Bem Público”

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico.

j. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos seus correspondentes financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento do início da operação da Usina e

realizados linearmente conforme a depreciação no período de sua vida útil.

k. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e apurados pelo regime de competência.

- (i) **Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D:** Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.
- (ii) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem, instalações destinadas à sua produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

l. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

É constituída com base na avaliação de risco, considerando que a probabilidade de ocorrer uma perda é maior que a de não ocorrer, conforme critério estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda é embasada em relatórios preparados pelos assessores legais da Companhia.

m. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

o. Apuração do resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os encargos sobre financiamentos, os juros efetivos incorridos, e os demais encargos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

4. Gerenciamento de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de

mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

b. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

c. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento da entrada em operação da Usina e realizados linearmente pela depreciação no período de sua vida útil.

5. Reapresentação das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A administração da Companhia procedeu a reapresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da necessidade de reconhecimento de ajustes contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 relacionados ao “subcrédito B” do financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

O aditivo celebrado em dezembro de 2022, foi revisado, e celebrado o segundo aditivo ao contrato de financiamento, que teve por objeto, dentre outros, a confissão pela Companhia da dívida decorrente do contrato e a repactuação de termos e condições de pagamento, dentre eles, o aditivo menciona que para as rubricas que compunham o “subcrédito B”, como o valor em questão era controvertido, o BRDE expressamente abdicou desse direito desde 1º de dezembro de 2022, considerando que este inexistia desde esta data.

Portanto, a Companhia, está reapresentando suas demonstrações financeiras, para refletir os ajustes dos lançamentos contábeis referentes a esta dívida. A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pelo CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022 (Anterior)	Ajustes	2022 (Reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.126	-	2.126
Impostos a recuperar	6	1.496	-	1.496
Adiantamento a fornecedores		541	-	541
Despesas antecipadas	7	1.008	-	1.008
		5.171	-	5.171
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos diferidos	23	196.458	(47.798)	148.660
Despesas antecipadas	7	-	-	-
Imobilizado	8	1.193.637	-	1.193.637
Intangível	9	33.105	-	33.105
		1.423.200	(47.798)	1.375.402
Total do ativo		1.428.371	(47.798)	1.380.573

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2022 (Anterior)	Ajustes	2022 (Reapresentado)
Circulante				
Fornecedores	10	17.885	-	17.885
Financiamentos	12	59.138	-	59.138
Obrigações tributárias	15	6.478	-	6.478
Concessão a pagar	13	78	-	78
Encargos setoriais		550	-	550
Obrigações sociais e trabalhistas		199	-	199
		84.328	-	84.328
Não Circulante				
Outros fornecedores	10	62.390	-	62.390
Financiamentos	12	1.335.841	(140.581)	1.195.260
Provisão da unitização	16	19.324	-	19.324
Encargos setoriais		-	-	-
Concessão a pagar	13	31.321	-	31.321
Partes relacionadas	11	-	-	-
Provisão para contingências	14	5.755	-	5.755
		1.454.631	(140.581)	1.314.050
Patrimônio Líquido				
Capital Social	17	265.000	-	265.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		41.500	-	41.500
Prejuízo/Lucros acumulados		(417.088)	92.783	(324.305)
		(110.588)	92.783	(17.805)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.428.371	(47.798)	1.380.573

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2022 (Valores em Milhares de Reais)

	Nota	2022 (Anterior)	Ajustes	2022 (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica	18	40.840	-	40.840
Impostos incidentes sobre receitas		(3.778)	-	(3.778)
Encargos do consumidor		(2.445)	-	(2.445)
Receita operacional líquida		34.617	-	34.617
Custos operacionais	19	(22.331)	-	(22.331)
Lucro Bruto		12.286	-	12.286
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	20	(3.184)	-	(3.184)
Amortização/depreciação		(10.235)	-	(10.235)
Outras receitas e outras despesas	21	25.860	3.475	29.335
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.727	3.475	28.202
Receitas financeiras	22	60.110	-	60.110
Despesas financeiras	22	(431.734)	137.105	(294.629)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(346.897)	140.580	(206.317)
Contribuição social diferida	23	52.004	(12.652)	39.352
Imposto de renda diferido	23	144.454	(35.145)	109.309
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(150.439)	92.783	(57.656)

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022 (Valores em Milhares de Reais)

	2022 (Anterior)	Ajustes	2022 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(150.439)	92.783	(57.656)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(150.439)	92.783	(57.656)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 (Valores em Milhares de Reais)

Mutações/Contas	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Adiantament o para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	195.000	(257.925)	-	(62.925)
Aumento de capital	50.000	-	-	50.000
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	(8.724)	-	(8.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.000	(266.649)	-	(21.649)
Aumento de capital	20.000	-	-	20.000
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	(150.439)	-	(150.439)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	41.500	41.500
Saldos em 31 de dezembro de 2022	265.000	(417.088)	41.500	(110.588)
Ajustes	-	92.783	-	92.783
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	265.000	(324.305)	41.500	(17.805)

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23
Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022
(Valores em Milhares de Reais)

	2022 (Anterior)	Ajustes	2022 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	(150.439)	92.783	(57.656)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas			
Depreciação e amortização	10.235	-	10.235
Juros incorridos e tarifa sobre financiamentos	496.907	(140.581)	356.326
Variação monetária do uso do bem público	1.353	-	1.353
Provisão para contingências	(28.807)	-	(28.807)
Aumento (redução) dos ativos			
Impostos a recuperar	(267)	-	(267)
Impostos diferidos	(196.458)	47.798	(148.660)
Adiantamento a fornecedores	(541)	-	(541)
Despesas antecipadas	2.415	-	2.415
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	34.524	-	34.524
Partes relacionadas	(14.489)	-	(14.489)
Provisão da unitização	19.324	-	19.324
Encargos setoriais	551	-	551
Obrigações sociais e trabalhistas	55	-	55
Obrigações tributárias	5.259	-	5.259
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	179.622	-	179.622
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(263.472)	-	(263.472)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(263.472)	-	(263.472)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de financiamento	-	-	-
Despesas financeiras e juros pagos	(5.024)	-	(5.024)
Adiantamento para futuro aumento de capital	41.500	-	41.500
Aumento de capital	20.000	-	20.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	56.476	-	56.476
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(27.374)	-	(27.374)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.500	-	29.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.126	-	2.126
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(27.374)	-	(27.374)

6- Caixa e equivalentes de caixa

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e títulos de capitalização, que são remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa Referencial (TR).

	2023	2022 (Reapresentado)
Banco conta movimento	610	648
Aplicações financeiras	2.333	1.478
	2.943	2.126

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7- Impostos a recuperar

	2023	2022 (Reapresentado)
IRRF sobre aplicação financeira (i)	962	248
Crédito de Pis e Cofins (ii)	109	-
IR e CS pago a maior (iii)	974	974
Saldo negativo de IRPJ (iv)	485	245
Outros	42	29
	2.572	1.496

Os direitos decorrentes de tributos a recuperar ou compensar são mensurados de acordo com os documentos que demonstrem o crédito apurado.

- (i) O saldo de IRRF sobre aplicação financeira, decorre da retenção na fonte do exercício de 2023, na aplicação de recursos da Companhia no banco Banrisul e da retenção na fonte do contrato de câmbio para garantia de crédito do contrato com o BTG Pactual.
- (ii) O saldo de pis e cofins, decorrem da provisão de créditos sobre a despesa de EUST (encargos do uso do sistema de transmissão) da competência de dezembro de 2023, com faturamento das notas fiscais em janeiro do próximo exercício social.
- (iii) O saldo de IR e CS pagos a maior, decorrem da retenção indevida nas notas fiscais faturadas pelo fornecedor do EPC Nova Engevix Construções, os montantes serão solicitados para ressarcimento junto a Secretária da Receita Federal do Brasil.
- (iv) O saldo negativo de IRPJ, decorre da retenção na fonte no exercício de 2021 e 2022, na aplicação financeira dos recursos que a Companhia possui aplicados no banco BTG Pactual, os montantes serão solicitados para ressarcimento, através de PERCOMP protocolado no próximo exercício social, junto a Receita Federal do Brasil.

Os impostos diferidos são decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados da Companhia, que poderão ser compensados com lucros auferidos em exercícios futuros e em parcelamentos especiais da Receita Federal que permitam a utilização de prejuízo fiscal para compensação de dívidas tributárias.

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, a dívida decorrente do “subcrédito B”, terá seu pagamento dispensado em setembro de 2077, desde de que, a Companhia cumpra integralmente com os pagamentos inerentes ao “subcrédito A”. Diante disto, a Companhia entende a necessidade de registro de créditos de impostos que serão utilizados na compensação de lucro oriundo da receita da baixa do passivo.

8- Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros apropriados de acordo com o seu prazo de vigência e que têm a seguinte composição:

Prêmios de seguros	Vigência	2023	2022 (Reapresentado)
Seguro de risco operacional	09/08/23 a 09/08/24	488	433
Seguro de responsabilidade civil	09/08/23 a 09/08/24	37	37
Seguro garantia	19/03/20 a 29/03/23	-	45
Seguro garantia – crédito bancário	23/07/21 a 20/04/23	-	493
		525	1.008

9- Imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação dos ativos, em conformidade às taxas definidas pela Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

a. Imobilizado

Contas	2023			2022 (Reapresentado)
	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	150.764	-	150.764	150.764
Reservatório, barragens e adutoras	706.509	(20.144)	686.365	700.584
Edificações, obras civis e canteiro de obras	55.664	(1.708)	53.957	55.162
Máquinas e equipamentos	264.499	(10.763)	253.735	261.327
Veículos	243	(42)	200	169
Depósitos judiciais (*)	25.676	-	25.677	25.630
Móveis e utensílios	1	-	1	1
Totais	1.203.355	(32.657)	1.170.698	1.193.637

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento

b. Movimentação do imobilizado

	2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	2023
Terrenos	150.764	-	-	150.764
Reservatório, barragens e adutoras	706.509	-	-	706.509
Edificações, obras civis e canteiro de obras	55.664	-	-	55.664
Máquinas e equipamentos	264.492	6	-	264.499
Veículos	180	63	-	243
Depósitos judiciais	25.630	85	(38)	25.676
Móveis e utensílios	1	-	-	1
	1.203.240	154	(38)	1.203.355

c. Movimentação da depreciação

	2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	2023
Reservatório, barragens e adutoras	(5.925)	(14.219)	-	(20.144)
Edificações, obras civis e canteiro de obras	(502)	(1.206)	-	(1.708)
Máquinas e equipamentos	(3.165)	(7.598)	-	(10.763)
Veículos	(11)	(32)	-	(42)
Móveis e utensílios	-	-	-	-
	(9.603)	(23.055)	-	(32.657)

10- Intangível

a. Composição do intangível

	2023	2022 (Reapresentado)
Uso do Bem Público (UBP)	29.802	31.067
Servidão	1.738	1.738
Depósitos judiciais	255	276
Softwares	19	24
	31.814	33.105

b. Movimentação do custo

	Movimentação do custo			2023
	2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	
UBP - Uso do Bem Público	31.698	-	-	31.698
Servidão	1.738	-	-	1.738
Depósitos judiciais	276,48242	-	(22)	255
Softwares	26,06086	-	-	26
	33.739	-	(22)	33.717

c. Movimentação da amortização

	Movimentação da amortização			2023
	2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	
UBP - Uso do Bem Público	(632)	(1.264)	-	(1.896)
Softwares	(2)	(5)	-	(7)
	(634)	(1.269)	-	(1.903)

Os valores referentes ao Uso do Bem Público referem-se ao direito de exploração da concessão e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em julho de 2047.

A administração da Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável.

Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão ao custo histórico, a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados ao valor novo de reposição.

11- Fornecedores

	2023	2022 (Reapresentado)
Fornecedores de uso da rede elétrica - CUST (i)	2.714	-
Materiais e serviços	8.872	17.885
Antecipação de energia – adiantamento de clientes (ii)	10.754	62.390
	22.340	80.275
Curto Prazo	11.586	17.885
Longo Prazo	10.754	62.390

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Saldo referente a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão conforme Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST da competência de dezembro de 2023, com faturamento e vencimento para o primeiro mês do próximo exercício social.
- (ii) Contratos de compra e venda de energia elétrica contratada no Ambiente de Contratação Livre – ACL, para o período de fornecimento de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

12- Financiamentos

Agente financeiro	Encargos	Vencimento	2023	2022 (Reapresentado)
BNDES - sub A (direto)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	557.726	502.802
BNDES - sub B (direto)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	279.357	251.846
BRDE - sub A (repasso)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	296.260	267.084
BTG Pactual (CCB 373/21)	DI + 5,4% a.a.	jan/26	-	112.505
BTG Pactual (CCB 602/21)	DI + 5,3% a.a	abr/26	-	120.161
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	18,92% a.a.	jul/24	135.239	-
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	18,80% a.a.	jul/24	138.938	-
			1.407.520	1.254.398
		Circulante	274.177	59.138
		Não circulante	1.133.343	1.195.260

Todos os financiamentos acima foram para aplicação na construção da usina UHE São Roque.

Movimentação dos financiamentos

Agente financeiro	2022 (Reapresentado)	Cessão	Encargos	Pagamento de juros	2023
BNDES - sub A (direto)	502.802	-	54.924	-	557.726
BNDES - sub B (direto)	251.846	-	27.511	-	279.357
BRDE - sub A (repasso)	267.084	-	29.176	-	296.260
BTG Pactual (CCB 373/21)	112.505	(125.215)	12.710	-	-
BTG Pactual (CCB 602/21)	120.161	(128.697)	23.536	(15.000)	-
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	-	125.215	10.024	-	135.239
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	-	128.697	10.241	-	138.938
	1.254.398	-	168.122	(15.000)	1.407.520

Para os financiamentos junto ao BNDES e BRDE, as garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

Para o financiamento junto ao banco PCS II, a garantia foi um seguro garantia financeiro e alienação fiduciária de cotas.

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES, se verificado o cumprimento integral de todas as obrigações financeiras estipuladas para o subcrédito "A", os valores decorrentes do subcrédito "B", acrescidos da sua atualização e dos encargos previstos, terão seu pagamento dispensado automaticamente em 2077.

Em julho de 2023, foi celebrado o aditamento das cédulas de crédito bancário (CCB 373/21 e CCB 602/21), devido a cessão sem coobrigação dos créditos entre o banco PCS II (gestora Prisma) e o banco BTG Pactual. Neste aditamento, foi feita a incorporação pelo banco PCS II, dos valores devidos pela Companhia ao banco BTG Pactual e atualizado o cronograma de pagamento.

Em decorrência da necessidade de reconhecimento de ajustes contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 relacionados ao "subcrédito B" do financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. O aditivo celebrado em dezembro de 2022, foi revisado, e celebrado o segundo aditivo ao contrato de financiamento, que teve por objeto, dentre outros, a confissão pela Companhia da dívida decorrente do contrato e a repactuação de termos e condições de pagamento, dentre eles, o aditivo menciona que para as rubricas que compunham o "subcrédito B", como o valor em questão era controvertido, o BRDE expressamente abdicou desse direito desde dezembro de 2022, considerando que este inexistia desde esta data.

13- Concessões a pagar

A UHE São Roque foi arrematada durante leilão de energia, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 20 de dezembro de 2011, pela Desenvix Energias Renováveis S.A., sendo o contrato de concessão para exploração do potencial elétrico firmado em 20 de agosto de 2012. O referido contrato de concessão estabelece dentre outros pontos, o pagamento pelo uso do bem público, sendo:

- (i) A Companhia assumiu obrigação junto à União, da data da Operação Comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, até o final da concessão (35 anos), parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 489 mil.
- (ii) O valor de pagamento pelo uso do bem público é atualizado mensalmente utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Descrição</u>	<u>2022 (Reapresentado)</u>	<u>Encargos + tributos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2023</u>
Concessão UBP	31.399	1.476	(946)	31.929
	31.399	1.476	(946)	31.929

14- Provisão para contingências

A Companhia constituiu provisão para contingência de ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, considere como provável.

	<u>2023</u>	<u>2022 (Reapresentado)</u>
Ação indenizatória	751	751
Encargos Tust (i)	5.004	5.004
	5.755	5.755

As ações de risco provável totalizam o montante de R\$ 751 e correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações de áreas do reservatório da usina.

(i) Referem-se a liminar para suspensão da cobrança dos encargos do uso do sistema de transmissão decorrentes do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”) nº 15/2016, inclusive multas e encargos moratórios, desde junho/2016 até a entrada em operação da UHE São Roque. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda classifica-se como possível, e estima-se que o trânsito em julgado da ação deverá ocorrer em até 15 (quinze) anos.

15- Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022 (Reapresentado)</u>
ISS a recolher	2.518	2.635
Retidos na fonte (IRRF, CSRF, INSS)	1.602	934
PIS a recolher	1.989	384
COFINS a recolher	9.204	1.809
INSS e FGTS a recolher	802	716
	16.115	6.478

16- Provisão da Unitização

	<u>2023</u>	<u>2022</u> <u>(Reapresentado)</u>
Provisão Unitização - EPC	-	154
Provisão Unitização - Terras	-	7.160
Provisão Unitização - Meio Ambiente	363	12.010
	<u>363</u>	<u>19.324</u>

A Companhia, procedeu a unitização do imobilizado em andamento, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O processo de unitização consiste na valoração dos bens, direitos e instalações, constituindo a UC/UAR (unidade de cadastro/unidade de adição e retirada). O processo de unitização e cadastramento dos bens é realizado pela transferência dos registros de imobilizações em andamento para operacional. Toda a memória dos procedimentos de unitização é composta pelas informações do inventário físico e das ordens em curso de origem.

A provisão da unitização, consiste, em registrar contabilmente de acordo com o princípio da prudência, os montantes de investimentos, ainda não incorridos através de notas fiscais emitidas até a data da unitização.

17- Patrimônio líquido**Capital social**

Em 06 de julho de 2021, o capital social foi alterado para R\$ 245.000 (duzentos e quarente e cinco milhões de reais), mediante emissão de 50.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante capitalização de dívida da Companhia.

Em 29 de Agosto de 2022, o capital social foi alterado para R\$ 255.000 (duzentos e cinquenta e cinco milhões de reais), mediante emissão de 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante aporte financeiro do FIP Multiestratégia.

Em 31 de outubro de 2022, o capital social foi alterado para R\$ 265.000 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), mediante emissão de 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante aporte financeiro do FIP Multiestratégia.

No decorrer de 2023, o capital social foi alterado para R\$ 331.792 (trezentos e trinta e um milhões e setecentos e noventa e um mil e seiscentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos), mediante emissão de 66.792 (sessenta e seis milhões e setecentos e noventa e dois mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante cessão de créditos e aportes financeiro do FIP Multiestratégia.

	<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>	<u>%</u> <u>Participação</u>
Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	331.792	100%

18- Receita de operações com energia elétrica

	2023	2022 (Reapresentado)
Receitas de operação com energia elétrica	108.377	27.160
Operações de swap	5.863	13.680
Liquidação financeira – âmbito da CCEE	2.341	-
	116.581	40.840

19- Custos operacionais

	2023	2022 (Reapresentado)
TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(17.515)	(4.206)
Serviços prestados por terceiros	(10.498)	(3.519)
Compra de energia elétrica	(9.834)	(14.356)
Aluguel e Seguros	(1.478)	(1.756)
Locação de máquina e equipamentos	(35)	(69)
Internet, Telefone, energia, água,gás	(229)	(159)
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(20)	(13)
Materiais	(614)	(2)
Taxas e Tributos	(100)	(86)
Outros custos	(768)	(1.157)
(-) Crédito Pis/Cofins	1.904	1.43
Liquidação CCEE - ajustes	(1.863)	1.863
	(41.050)	(22.331)

20- Despesas gerais e administrativas

	2023	2022 (Reapresentado)
Aluguel e seguros	(5.673)	(25)
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(1.382)	(1.018)
Serviços prestados por terceiros	(3.178)	(1.380)
Taxas e tributos	(31)	(446)
Internet, telefone, energia, água,gás	(4)	(35)
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(10)	(7)
Materiais	(13)	(4)
Outras despesas	(413)	(267)
	(10.704)	(3.182)

21- Outras receitas e outras despesas

	2023	2022 (Reapresentado)
Provisão de Penalidade BNDES	-	19.999
Provisão de Penalidade BRDE	-	9.339
Outras receitas	64	7
Outras despesas	-	(10)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(4)	-
	60	29.335

22- Resultado financeiro**Receitas financeiras**

	2023	2022 (Reapresentado)
Cessão contrato de venda de energia	-	6.200
Perdão de dívida EPC	5.445	42.582
Venda de sucata	50	30
Assunção de dívida de terras	-	10.768
Outras receitas financeiras	5.345	45
Rendimento de aplicações financeiras	161	534
Pis e cofins	(8)	(49)
	10.993	60.109

Despesas financeiras

Multa, juros e encargos sobre financiamento	(168.122)	(51.397)
Penalidade, outros encargos, inadimplência BNDES e BRDE	-	(242.621)
Tarifas bancárias	(107)	(94)
Juros	(196)	(281)
Outras despesas financeiras	(2.044)	(236)
	(170.469)	(294.629)

23- Imposto de renda e contribuição social**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido****Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2023	2022 (Reapresentado)
Lucro/prejuízo Antes dos Impostos	(136.500)	(206.317)
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	5	10
Provisões não dedutíveis	1.064	-
Exclusões		
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(807)	
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	(136.238)	(206.307)
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL	-	-
Lucro real depois da compensação de prejuízos fiscais	(136.238)	(206.307)
Alíquota nominal combinada dos impostos de renda e contribuição social - %	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social correntes	-	-
Impostos diferidos do exercício	(46.321)	(70.144)

24- Instrumentos financeiros

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

25- Seguros

Seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral

Em 09 de agosto de 2023 foi celebrado com a seguradora CHUBB Seguros Brasil S.A a contratação da apólice de seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia da Apólice, com cobertura contratadas para: Operações; Empregador; Obras e/ou Prestação de Serviços de Montagem/Drenagem, Assistência Técnica, Instalação e Manutenção de Máquina, Equipamentos e Aparelhos em Geral; Danos causados a terceiros decorrentes de evento de poluição súbita e acidental - 72 horas; Cobertura para Barragens, Represas, Eclusas e/ou Diques; Custas Judiciais de Foro Civil e Danos Morais para as coberturas descritas anteriormente contratadas, ocorridos durante a vigência do seguro e cobertos por ela.

Seguro garantia de Riscos Operacionais

Em 09 de agosto de 2023 foi celebrado com a seguradora TOKIO Marine Seguradora a contratação da apólice de seguro garantia de Riscos Operacionais da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia/Franquias da Apólice as coberturas referentes aos danos causados nos bens conforme detalhamento e valores descritos na mesma.

26- Compromissos assumidos

Em função do contrato de Concessão celebrado com a ANEEL em 20 de agosto de 2012, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados com a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários para conclusão da UHE, devendo executá- los de acordo com as normas técnicas e exigências legais aplicáveis e de acordo com o cronograma físico apresentado à ANEEL assumindo todos e quaisquer ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos, tendo como principais responsabilidades:

- Realizar os estudos de Inventário e de Viabilidade do projeto;
- Realizar a gestão do reservatório e das áreas de proteção do reservatório da UHE;
- Instalar, operar e manter as instalações, onde for determinado pela ANEEL;
- Respeitar os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante da UHE, observando as regras operacionais do ONS;
- Instalar e manter sistema de dados e de medição para fins de comercialização de energia e da supervisão operacional;
- Manter pessoal técnico e administrativo, legalmente habilitado e treinado, em quantidade compatível com o desempenho operacional da UHE;
- Manter e executar programas periódicos de inspeção, monitoramento, ações de emergência e avaliação de segurança das estruturas da UHE;

- Organizar e manter registro de inventário dos bens e instalações vinculados à concessão;
- Respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, adotando todas as providências cabíveis junto aos Órgãos Ambientais e de Recursos Hídricos;
- Celebrar os Contratos de Uso de Conexão aos sistemas de transmissão ou de distribuição;
- Apresentar o Cadastro Socioeconômico da população atingida pela UHE;
- Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e os encargos oriundos da legislação e normas estabelecidas pelo Poder Concedente.

A Companhia é obrigada a aplicar anualmente o montante, mínimo de um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme os termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

27- Eventos subsequentes

Em janeiro de 2024, o capital social foi alterado para R\$ 334.062.733,04 (trezentos e trinta e quatro milhões e sessenta e dois mil e setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), mediante emissão de 2.271 (dois milhões e duzentos e setenta e um mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante integralização do adiantamento para futuro aumento de capital aportado pelo acionista em dezembro de 2023.

Florianópolis, 05 de abril de 2024.

SUSANA
BARBOSA:05
430416975

Assinado de forma digital por SUSANA
BARBOSA:05430416975
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Video Conferencia,
ou=80672387000114, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e=CPF_A3, ou=(em branco), cn=SUSANA
BARBOSA:05430416975
Dados: 2024.04.05 10:50:15 -03'00'

Susana Barbosa
CPF 054.304.169-75
Diretora

GABRIELLE DE
MATOS
PEREIRA:0816107
3600

Assinado de forma digital por GABRIELLE
DE MATOS PEREIRA:08161073600
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Video Conferencia,
ou=395721165000166, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e=
CPF A3, ou=(em branco), cn=GABRIELLE DE
MATOS PEREIRA:08161073600
Dados: 2024.04.05 10:52:46 -03'00'

Gabrielle de Matos Pereira
CPF 081.610.736-00
Diretora

Tuany
Carolinny Costa
Assinado de forma digital por TUANY
CAROLINNY COSTA:0881655969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=ICP-SC/UTI
Múltipla v1, ou=2526842200173,
ou=Video Conferencia, ou=Certificado
PFA, cn=TUANY CAROLINNY
COSTA:0881655969
Dados: 2024.04.05 10:25:25 -03'00'

Tuany Carolinny Costa
Contadora
CPF 088.765.359-69
CRC/SC 041736/O-8

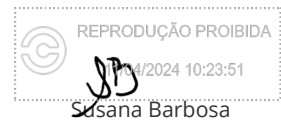
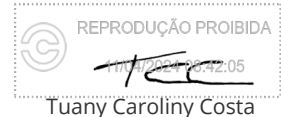
São Roque - Relatório dos Auditores Independentes 2023 - Assinado.pdf

Documento número #51f2de16-6d3b-4f72-97fa-5b5842701f6f

Hash do documento original (SHA256): accd061ab817b79463c48211234be072d2dd860ebc0fce237eb19086e6221fc1

Assinaturas

- ✓ **Tuany Caroliny Costa**
CPF: 088.765.359-69
Assinou como contador(a) em 11 abr 2024 às 08:42:05
- ✓ **Gabrielle de Matos Pereira**
CPF: 081.610.736-00
Assinou como diretor(a) em 11 abr 2024 às 09:27:03
- ✓ **Susana Barbosa**
CPF: 054.304.169-75
Assinou como diretor(a) em 11 abr 2024 às 10:23:51
- ✓ **Pedro Osório Correa**
CPF: 402.180.400-59
Assinou em 11 abr 2024 às 09:20:53



Log

- 11 abr 2024, 08:41:29 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 criou este documento número 51f2de16-6d3b-4f72-97fa-5b5842701f6f. Data limite para assinatura do documento: 11 de maio de 2024 (08:38). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 11 abr 2024, 08:41:29 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: tuany.costa@ecovix.com para assinar como contador(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Tuany Caroliny Costa.

- 11 abr 2024, 08:41:29 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: gabrielle.pereira@uhesaoroque.com.br para assinar como diretor(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Gabrielle de Matos Pereira e CPF 081.610.736-00.
- 11 abr 2024, 08:41:29 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: susana.barbosa@novaengevix.com.br para assinar como diretor(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Susana Barbosa e CPF 054.304.169-75.
- 11 abr 2024, 08:41:29 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: pedroosorio@daviecorreaauditores.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Pedro Osório Correa.
- 11 abr 2024, 08:42:10 Tuany Caroliny Costa assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail tuany.costa@ecovix.com. CPF informado: 088.765.359-69. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 579962(...), vide anexo 11 abr 2024, 08-42-05.png. IP: 187.32.209.205. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5028481 e longitude -46.8277819. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.816.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 11 abr 2024, 09:20:53 Pedro Osório Correa assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail pedroosorio@daviecorreaauditores.com.br. CPF informado: 402.180.400-59. IP: 189.6.238.119. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -30.02267242851135 e longitude -51.161059906369964. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.816.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 11 abr 2024, 09:27:03 Gabrielle de Matos Pereira assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail gabrielle.pereira@uhesaoroque.com.br. CPF informado: 081.610.736-00. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 7da025(...), vide anexo 11 abr 2024, 09-27-03.png. IP: 189.28.42.186. Componente de assinatura versão 1.816.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 11 abr 2024, 10:23:52 Susana Barbosa assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail susana.barbosa@novaengevix.com.br. CPF informado: 054.304.169-75. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo e0de17(...), vide anexo 11 abr 2024, 10-23-51.png. IP: 189.28.42.186. Componente de assinatura versão 1.816.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 11 abr 2024, 10:23:52 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 51f2de16-6d3b-4f72-97fa-5b5842701f6f.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 51f2de16-6d3b-4f72-97fa-5b5842701f6f, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Tuany Caroliny Costa

Assinou o documento enquanto contador(a) em 11 abr 2024 às 08:42:05

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 579962(...)



Tuany Caroliny Costa
11 abr 2024, 08-42-05.png

Gabrielle de Matos Pereira

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 11 abr 2024 às 09:27:03

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 7da025(...)



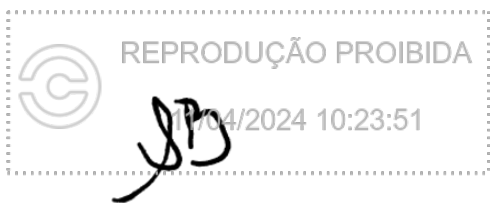
Gabrielle de Matos Pereira
11 abr 2024, 09-27-03.png

Susana Barbosa

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 11 abr 2024 às 10:23:51

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo e0de17(...)



Susana Barbosa
11 abr 2024, 10-23-51.png